



Eixo 1: ESTADO, CAPITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO

**QUESTÃO AGRÁRIA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO NO  
CAMPO: UMA ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL**

Ms. Solange Maria Santana Couto  
Prof<sup>o</sup> Dr. Vitor de Athayde Couto  
Universidade Federal da Bahia – UFBA  
[solangecouto\\_geo@hotmail.com](mailto:solangecouto_geo@hotmail.com)

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma a questão agrária tem se propagado ao longo dos anos bem como sua repercussão no que se refere a organização social do campo no cenário brasileiro. O texto foi estruturado através da seleção e análise de autores conceituados que abordam o paradigma da questão agrária em escala mundial e suas repercussões na realidade brasileira. Para atingir esse objetivo o texto apresenta reflexões a partir do paradigma da questão agrária, considerando-se principais fatores históricos estabelecidos a nível mundial; a questão agrária no Brasil, com olhar para a estrutura agrária e, finalmente, o campo em conflito e o papel da sociedade civil organizada na reestruturação agrária. Como conclusão, aponta-se que existem classes sociais dominantes e estas possuem seus interesses representados e defendidos pelo Estado, situação esta só seria alterada com uma efetiva mudança na estrutura social do campo e essa ideia não é bem vista pelos grupos detentores do poder.

**Palavras-chave:** Modo de produção capitalista. Questão Agrária. Estrutura social Brasil

**INTRODUÇÃO**

A questão agrária da atualidade, não deve ser entendida unicamente diante da análise das relações desiguais no campo; as circunstâncias econômicas e as ações políticas têm grande influência na manutenção das desigualdades na estrutura social do campo. É preciso considerar fatores históricos responsáveis pelo paradigma da questão agrária atual. Compreende-se a questão agrária como problemas do campo oriundos da estrutura social que subjuga uma classe social para benefício de outra, através do uso econômico da terra, bem como dos demais recursos da natureza, e assim impõe a permanência das desigualdades sociais.

A inserção do modo de produção capitalista em escala mundial promove significativas mudanças tanto na produção quanto na organização da sociedade. No campo essa situação ficou transparente e mais evidente a partir de fatores como: o fortalecimento da

propriedade privada; a inserção de máquinas e insumos agrícolas na produção; e, principalmente, a expropriação do pequeno produtor como estratégia do capital para explorar cada vez mais a mão de obra. Assim, essa pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a questão agrária tem se propagado ao longo dos anos bem como sua repercussão no que se refere a organização social do campo no cenário brasileiro. Para atingir esse objetivo foi realizada uma pesquisa teórico conceitual, considerando importantes autores em escala mundial através da busca, análise e seleção de textos histórico e mundialmente reconhecidos.

Para compreender a problemática do campo são analisados referenciais relacionados aos paradigmas da questão agrária em escala mundial e suas repercussões na estrutura da sociedade tais como Marx (1988), Weber (1980), Kautsky (1980) e Gutelman (1974). Como a questão agrária aqui discutida tem grande rebatimento no campo brasileiro são utilizados autores que analisam os problemas do campo em escala nacional: Guimarães (1982), Martins (1979 e 1982) Silva e Stolcke (1981), e Silva (1985) são alguns dos principais autores utilizados para entender a realidade agrária brasileira.

Diante das relações desiguais e contraditórias, os conflitos no campo são cada vez mais visíveis. Eles estimulam algumas das mais importantes mudanças na realidade cotidiana, a exemplo de alterações nas políticas econômicas voltadas ao campo. Os grupos sociais que não se deixam intimidar pelas condições de subordinação a que são submetidos e lutam pela permanência no campo em condições igualitárias de sobrevivência. Germani (2001; 2009) faz importante contribuição a esse respeito quando analisa as desigualdades sociais e as diversas lutas protagonizadas pelas classes sociais menos privilegiadas no campo.

Em escala mundial pode-se considerar que grande parte dos problemas sociais que assolam a população tem origem no sistema de posse e uso da terra. Salienta-se que a mudança no sistema de produção, do não capitalista ao capitalista, que em si agrega também grandes mudanças no modo de produção, se destacou como um importante marco para intensificação das diferenças sociais, especialmente no que se refere à acumulação de capital. O pequeno produtor é um dos principais prejudicados com as mudanças no sistema econômico, pois, grande parte torna-se trabalhador desprovido dos meios de produção e dependente do grande produtor para sua subsistência, fenômeno

denominado proletarização. Assim se inserem nesse processo, enquanto produtores de uma riqueza a ser apropriada pelos detentores do grande capital.

Com a redução das condições de produção e, conseqüentemente, de sobrevivência do homem no campo, a precarização das condições de vida e trabalho unidos à intensificação da industrialização, através da introdução de técnicas cada vez mais avançadas, é inevitável a migração de pequenos produtores aos grandes centros urbanos em busca de fonte de renda e melhores condições de vida para suas famílias. Nesse processo é cada vez mais frequente a desvalorização do saber fazer camponês. Assim, em muitos casos esse pequeno produtor não se adéqua às funções disponíveis para eles nas cidades, engrossando a fila dos desempregados. Muitos pequenos produtores e trabalhadores rurais permanecem no campo em diversas condições, por exemplo, como os produtores integrados, que produzem no campo (frango, cana-de-açúcar, etc.) de forma atrelada à agroindústria, Tendo como consequência: o endividamento, a submissão, a precarização. Em algumas situações a apropriação se realiza não no momento da produção inicial, mas em outras etapas do processo, como na circulação e comercialização do produto final de seu trabalho.

## **PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA: PRINCIPAIS FATORES HISTÓRICOS**

Para entender o paradigma da questão agrária atual é preciso alcançar as raízes do problema: a que se associa; a quem interessa a manutenção dos problemas vigentes; quem são os principais afetados; e, finalmente, quais os impactos disso na realidade social? A questão agrária aqui analisada possui relação direta com o sistema capitalista de produção. É preciso considerar também sua associação à estrutura social que submete uma classe social a outra a fim de atender aos objetivos do sistema produtivo atual.

Em Marx (1988) é possível perceber que para gerar acumulação de capital a produção capitalista utiliza-se, necessariamente, da mais-valia resultante da exploração da força de trabalho. Assim, acumular capital perpassava pela necessidade da compra da força de trabalho. Desse processo pode-se identificar a origem da pobreza de grande parte da

população que possui apenas sua força de trabalho para vender em troca da sobrevivência.

Para que essa acumulação ocorresse de forma desigual no processo histórico houve uma gradativa separação entre o produtor, muitas vezes transformado em assalariado, e seus meios de produção. No processo de acumulação de capital é necessária a existência de trabalhadores sem propriedades, dispostos a vender sua força de trabalho a fim de adquirir meios de sobrevivência para sua família. Por esse motivo esta separação tornou-se historicamente necessária à formação da estrutura econômica da sociedade capitalista. Segundo Marx (1988), sem a expropriação e utilização da força do trabalho social do pequeno produtor, dinheiro e mercadoria não poderiam ser transformados em capital.

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital [...]. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados [...] (MARX, 1988, p. 340).

Segundo Weber (1980) a individualidade e tradicionalidade histórica do meio rural tem se perdido ao longo do tempo devido a crescente relação com o espaço urbano. Nesse processo destaca-se o distanciamento entre o grande proprietário e o cultivo. Não se pode mais pensar no proprietário enquanto agricultor, pois este último em muitos casos é representado pela figura do arrendatário, ou seja, o dono temporário da terra, enquanto o proprietário pode ser confundido com um capitalista comum que absorve do campo apenas a renda resultante da relação do arrendatário agricultor com a produção. Essa situação influencia também nas relações de trabalho que transformam o pequeno produtor em assalariado, bem parecido com as relações do proletário com a empresa que trabalha.

Uma situação que influenciou tais mudanças no campo está diretamente relacionada à permanência histórica da concentração fundiária no meio rural como resultado do processo de distribuição que limita a possibilidade de adquirir terras por aqueles que

não têm esse direito através de herança. Essa situação contribui consideravelmente na diferenciação econômica, social e política da sociedade como afirma Weber (1980):

[...] a forma pela qual a terra é distribuída torna-se de importância decisiva para a diferenciação da sociedade e para todas as condições econômicas e políticas do país. Devido a maior aglomeração dos habitantes e menor valorização da força de trabalho bruta, a possibilidade de adquirir rapidamente propriedades que não foram herdadas é limitada. Assim a diferenciação social torna-se necessariamente fixa [...] tal destino aumenta o poder da tradição histórica, que é naturalmente grande na produção agrícola (WEBER, 1980, p.90).

Segundo Kautsky (1980), para a grande exploração agrícola capitalista se manter no mercado não basta ter a posse dos meios técnicos e financeiros, nem as melhores condições físicas para produção; precisa da existência de trabalhadores sem propriedades, forçados a vender sua mão de obra e gerar mais-valia. À medida que aumenta o número de pequenos produtores ao lado de grandes explorações, aumenta igualmente a quantidade de trabalhadores disponíveis.

[...] A terra deles [pequenos produtores] é muito limitada para fornecer o excedente sobre as necessidades de sua própria casa. Eles não têm produtos agrícolas que possam levar ao mercado. A única mercadoria que podem vender é a sua força de trabalho, que só temporariamente é reclamada em globo pela sua própria exploração. Um dos meios de aproveitá-la reside no trabalho assalariado, efetuado nas empresas maiores (KAUTSKY, 1980, p.35).

Devido às condições inferiores de produção, os pequenos produtores se submetem a todo tipo de emprego a fim de prover o sustento da família. Com o surgimento de novas gerações de pequenos produtores o trabalho disponível no campo torna-se insuficiente, é necessário migrar em busca de outros trabalhos que, em alguns casos, não são agrícolas.

A terra, como objeto da questão agrária, apesar de inserir-se na especulação, segundo Gutelman (1974), não é uma riqueza em si, mas um meio de produção indispensável e finito. Embora se empregue trabalho para que produza, a terra não pode ser vista como riqueza. É o produto resultante do trabalho empregado na terra que pode ser considerado riqueza. Segundo o autor

Alguns afirmam que a terra (como o peixe) é uma riqueza natural fornecida ao homem sem trabalho. De facto, não se trata de uma riqueza, mas de uma *condição natural de produção*. Para que produza, é preciso aplicar-lhe trabalho, e até muito, como o testemunharão todos os camponeses do mundo. Não é uma riqueza potencial porque, mesmo que se lhe aplique trabalho, ela não é nem o objectivo da produção nem o objecto do consumo. Se a terra não é uma riqueza no sentido de ser o produto do trabalho, verificamos imediatamente que também não pode ser considerada um capital, uma vez que o definimos como trabalho cristalizado [...] (GUTELMAN, 1974, p.16).

A terra como “condição natural da produção” é muito desejada pela sociedade devido a seu potencial produtivo e finitude. O valor da terra, enquanto mercadoria, está associado ao monopólio, à diferença entre a pequena oferta e a grande procura, às relações políticas internas e externas e, em algumas situações, ao trabalho empregado para melhoria de suas condições de produção.

## **QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

A realidade brasileira no que se refere a questão agrária e resultante da herança do contexto histórico do mundo. Alguns teóricos auxiliam esse pensamento ao trazer abordagens sobre a conjuntura do campo atual. Guimarães (1982) em suas análises apresenta as mudanças realizadas no campo com a inserção de novas técnicas e com as mudanças nas relações sociais, reconhece a maior produtividade a fim de atender a crescente demanda por alimentos e matérias-primas. Para Guimarães (1982) tanto é inegável o conjunto de aspectos positivos da industrialização da agricultura, quanto visível o aumento dos problemas estruturais como resultado desse processo. Exemplo disso cita-se o aumento dos custos na produção devido à inserção de novos elementos à produção agrícola.

Mas em contradição com esses aspectos positivos, as mudanças operadas na agricultura apresentaram graves aspectos negativos. O processo de industrialização determinou, também, uma crescente elevação nos custos de produção na medida em que o cultivo do solo e a criação de animais passaram a exigir em lugar dos materiais simples supridos pela natureza, e obtidos praticamente sem ônus, dentro das explorações agrícolas, os insumos modernos, químicos e mecânicos, fabricados, de modo geral, mediante tecnologia industrial dispendiosa e requintada (GUIMARÃES, 1982, p. 16).

A inserção de insumos e tecnologias avançadas, possíveis devido ao crescente processo de industrialização do campo, além de provocar maior custo à produção agrícola, causa também consideráveis mudanças nas relações sociais do campo. Se, inicialmente, o proprietário da terra e dos meios de produção, em sua maioria, vivia no campo e participava ativamente do processo de produção, com a industrialização da agricultura o capitalista urbano torna-se parte integrante da produção. Além de ser proprietário o capitalista ainda participa dos processos de produção e de distribuição dos produtos agrícolas, para Silva (1985)

[...] a crescente presença dos grandes capitais no campo. Essa presença aumentou tanto do ponto de vista de sua participação na produção agropecuária propriamente dita, como também do ponto de vista da sua participação controlando o processamento dos produtos agrícolas e a venda dos insumos adquiridos pelos agricultores (SILVA, 1985, p.56).

Apesar de ser evidente o problema causado pela exploração da mão de obra do pequeno produtor pelo capital, não pode ser considerada a única problemática do campo no Brasil. Segundo Martins (1982), a concentração fundiária torna-se a gênese dos problemas do campo no país. Assim, a expropriação é tema dos principais conflitos no campo brasileiro. Apesar da exploração do trabalhador rural ser algo presente e bastante discutido no país, na maioria dos casos sua origem está no processo de expropriação sofrido.

As grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos, são determinados pelo processo de expropriação da terra. A exploração do trabalho é um problema que aparece num segundo plano, muitas vezes embutida na propriedade e por ela escamoteada. É exatamente o inverso do que acontece nas grandes cidades, na indústria. Aí, nos confrontos entre as classes sociais, surge intensa e primeiramente o problema da exploração do trabalhador pelo capital, pelo patrão. E em segundo lugar que se tem feito presente uma forma particular da expropriação, que é aquela que se manifesta nas duas condições de existência [dessas nos grandes centros urbanos] [...]. De qualquer modo, não é o problema da expropriação dos meios de produção, já consumada, pressuposto que é da proletarização do trabalhador, da sua redução à condição de mão de obra livre, despojada de toda propriedade que não seja unicamente da sua força de trabalho [a causa dos principais conflitos entre classes sociais]. (MARTINS, 1982, pp. 12-13).

A questão agrária, resultante do processo histórico de apropriação desigual do espaço e dos meios de produção, é entendida como um fenômeno característico das relações sociais desiguais que estruturam a sociedade atual. Para analisar esse processo, Martins afirma que “[...] a concepção nuclear do modo de produção é a de modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção, no qual são produzidas também as relações sociais fundamentais de uma sociedade [...]” (MARTINS, 1979, p.2). A reorganização do campo é possível a partir de estratégias capazes de minimizar tal problemática, por meio de mudanças significativas na estrutura social. Na análise de uma política deve-se considerar o contexto histórico que a mesma se apresenta, os grupos sociais atuantes, bem como as intencionalidades presentes na formulação de tais políticas.

### **CAMPO EM CONFLITO: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA REESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA**

Todo conflito é resultante da não aceitação de uma ordem social já posta – ou imposta. Os grupos sociais mantidos às margens não se submeteram aos interesses dominantes sem lutar por melhorias em suas condições de vida. Séculos após a invasão do território brasileiro e da distribuição desigual de terras, ainda é gritante as desigualdades sociais que a população trabalhadora do campo é submetida.

Apesar das inúmeras forças de repressão aos movimentos sociais, estes tendem a se fortalecer e por meio da articulação entre seus objetivos, intensificar a pressão por políticas públicas para redução das desigualdades sociais no campo. A persistente luta dos movimentos sociais pela desconcentração agrária ainda esbarra na burocracia que invalida seus direitos legalmente garantidos. Nota-se que no campo brasileiro ao mesmo tempo em que se garante a permanência da concentração fundiária, há uma consolidação das lutas sociais no campo em oposição a tal permanência, como afirma Germani (2009).

Nesse sentido identifica-se como permanência a continuidade da histórica concentração de terras e as enormes barreiras encontradas pelos grupos sociais que reivindicam seus direitos territoriais para reverter este quadro. Aparentemente contraditório, mas como parte do mesmo processo, identifica-se como mudança a emergência e consolidação dos movimentos sociais no campo, enquanto forças políticas [...] (GERMANI, 2009 p.348).

As atuais políticas agrárias devem-se, em parte, à articulação dos movimentos sociais do campo. Essa pode ser considerada uma luta desigual em que a maioria da população está submetida aos desígnios de uma elite social detentora do capital e consequentemente das forças políticas representativas da sociedade. Os movimentos sociais do campo não se deixaram intimidar pela pressão a que são submetidos. Em contrapartida imprimem marcas no território que serão capazes, inclusive de redirecionar as políticas agrárias por meio de pressão social. Segundo Germani (2001)

A ação dos movimentos sociais em novo contexto altera a atuação do Estado, com relação à sua política agrária, influenciando na espacialidade das ações da Reforma Agrária, tanto com relação à sua distribuição no território como na organização espacial interna dos projetos de assentamentos [...] (GERMANI, 2001, p.67).

É perceptível que as medidas propostas pelo governo estão envolvidas em tamanha intencionalidade que redirecionam seu foco no momento em que este não corresponder a interesses de alguns grupos sociais nele envolvidos. Cabe analisar, dentre os grupos sociais, quais estão sendo privilegiados e de que forma a histórica luta dos movimentos sociais do campo é vista pela instância governamental.

Enquanto força política a sociedade civil organizada se impõe frente às questões que lhes são postas na busca por solução, ou dissolução da questão agrária que não se atenha apenas à redistribuição fundiária, mas possibilite a permanência do pequeno agricultor no processo de produção, bem como a inserção de seus produtos no mercado. Essa é uma luta desigual onde a maioria da população está submetida aos desígnios de uma elite social detentora do capital e ao mesmo tempo das forças políticas representativas da sociedade. Os movimentos sociais do campo não se deixaram intimidar pela pressão a que são submetidos imprimindo marcas irrefutáveis capazes, inclusive, de redirecionar as políticas agrárias por meio da pressão social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A questão agrária expressa neste artigo está intimamente associada à expansão do modo de produção capitalista no campo. A organização da produção, as relações sociais e a

conjuntura política no campo sofrem grandes impactos do capital. Com isso há uma divisão social do trabalho que submete grande massa da população a uma minoria detentora do capital. Essa realidade é expressa a partir da análise das formas de exploração e expropriação do pequeno produtor pelo grande capital. Diante dessa situação busca-se identificar os principais pressupostos teórico-metodológicos responsáveis pela questão agrária atual.

A questão agrária pode ser entendida como uma questão social que é intensificada pelas questões econômicas e acima de tudo fortalecida por questões de ordem política. Na realidade atual não é possível pensar a questão agrária como um problema que afeta unicamente o campo. Apesar de se manifestar no campo suas repercussões modificam a realidade urbana de forma direta, tanto pela alteração nos padrões de produção devido ao aumento considerável de mão de obra disponível como resultado da expropriação dos pequenos produtores, quanto pela mudança no padrão alimentício como resultado da inserção de insumos e novas tecnologias no campo. Também não é possível tentar minimizar as problemáticas agrárias pensando apenas em suas repercussões locais. Com a mundialização da economia e a inserção de grandes corporações multinacionais no campo, os impactos da questão agrária tornam-se cada vez mais um problema global.

No Brasil, as desigualdades sociais que ainda excluem, expropriam e exploram o pequeno produtor, não permitem uma visão política ampla da questão agrária. O poder público age de forma a garantir a permanência da concentração agrária e, conseqüentemente, das desigualdades sociais. Essa realidade é resultado da inserção de grandes capitalistas no poder público, e, como manipuladora do poder público, age de forma cada vez mais violenta contra a grande massa de produtores rurais. Porém, os pequenos produtores não se submetem a essas condições. É considerável o número de movimentos, associações, sindicatos, organizações e cooperativas de pequenos e médios produtores que se mobilizam em busca de melhores condições de produção e reprodução da vida no campo.

É importante considerar que, apesar da falta de recurso disponível para o desenvolvimento da produção do pequeno produtor, a luta social tem gerado inúmeras mudanças na realidade social do campo. Mas essas mudanças ainda são incipientes frente às grandes demandas da população do campo. A solução possível a essa problemática seria uma mudança total na estrutura social atual, o que não será possível porque indicaria o fim das formas de exploração difundidas pelo sistema capitalista, o

que não é interessante para as classes dominantes que detêm o poder tanto no que se refere a economia quanto as relações políticas. A fim de camuflar as lutas sociais e abafar as principais questões norteadoras do problema agrário nacional, são implantadas políticas assistencialistas e compensatórias que inicialmente redirecionam o olhar da população para questões que não resolvem o problema, apenas reduzem os impactos e criam um ilusório avanço nas negociações. Com isso muda-se o foco das discussões e a questão agrária só tende a crescer ao longo do tempo sem previsão de solução.

Acredita-se que uma efetiva mudança nas condições sociais do campo só seria processada a partir de uma mudança na estrutura social atual. Não é interesse do Estado nem das classes sociais dominantes contribuir para que essa mudança aconteça. As políticas públicas paliativas e compensatórias implantadas como estratégia para minimizar os danos causados pelos conflitos oriundos das desigualdades sociais provocam o enfraquecimento momentâneo das lutas sociais por igualdade de direitos, e, assim, permite a permanência das desigualdades mediante a continuidade da expropriação e exploração do pequeno produtor em favor das classes dominantes.

## REFERÊNCIAS

GERMANI, Guiomar Inez. Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de Novos espaços de vida e de conflitos. **Revista vozes**, n ° 6, Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 67-84

\_\_\_\_\_. A questão agrária na Bahia: Permanências e Mudanças. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org) **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009, pp. 348-370.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção o Mundo hoje, Volume 29).

GUTELMAN, Michel, **Estruturas e Reformas agrárias**. Tradução: Helena Morais. Lisboa: Edições 70, 1974.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Trad: C. Iperoig. 3ed São Paulo: Proposta Editorial. 1980. (Coleção Proposta universitária).

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas (LECH), 1979. (Coleção Brasil ontem e hoje).

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1982 (Coleção Ciências Sociais, Serie Linha de Frente).

MARX, Karl. O processo global da produção capitalista. in: MARX, Karl. **O capital:** Crítica da Economia Política. Trad: Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Livro I, cap. XXIV, seção VII, tomo II (Série: Os economistas).

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária.** 10ª Ed. São Paulo: Brasiliense/SA. 1985 (Coleção Primeiros Passos).

WEBER, Max. Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha. In: WEBER, Max. **Textos Selecionados.** Ed. Abril Cultural, 1980 (Coleção: Os Pensadores).